

1 **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
2 **ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

- 3 **Data e horário:** 26/05/2017 - 9 h - Anfiteatro da Reitoria
- 4 **Presidência:** Profa. Dra. Wanda Ap. Machado Hoffmann
- 5 **Secretaria:** Adriane C. de Oliveira Garcia
- 6 **Membros presentes:** Conforme lista de assinaturas anexa.
- 7 **Posses:** Deu posse e boas vindas à Profa. Dra. Letícia Silva Souto e ao Prof. Dr. Hermínio Fernandes,
8 efetiva e suplente, respectivamente, indicados pelo Conselho de Centro do Centro de Ciências Humanas e
9 Biológicas do *campus* Sorocaba.
- 10 - Execução Orçamentária e Financeira para 2017. O Prof. Dr. Márcio Merino, Pró-Reitor de Administração
11 informou que disponibilizará para a comunidade, na página da SOC toda a documentação referente a
12 apresentação. A apresentação está dividida em três partes: I – Principais grupos para a execução do
13 orçamento da universidade: a) pessoal; b) despesas de capital/investimentos; c) despesas de custeio. A
14 universidade tem autonomia parcial para determinar a aplicação de recursos em despesas de
15 capital/investimento e custeio. As despesas com pessoal são em grande parte fixas. II – Sistemática para a
16 utilização de recursos pela Universidade: a) LOA - Lei Orçamentária Anual, o PLOA é elaborado no meio do
17 ano e o Congresso aprova a LOA no início do ano de execução. Baseada nas definições e valores da LOA,
18 a universidade faz o planejamento para o ano; b) Cotas orçamentárias. O orçamento da universidade no
19 sistema é de mais de R\$ 500 milhões, sendo R\$ 77 milhões para custeio e capital (mão de obra
20 terceirizada, energia elétrica, transporte, telefonia, material de consumo) e o restante para pessoal (salários
21 e benefícios). As cotas orçamentárias são usadas em forma de empenhos. São liberadas pelo governo 1/12
22 avos ao longo do ano. Este ano, nos três primeiros meses foi liberado apenas 1/18 avos, o que causou
23 dificuldades devido as despesas já existentes. Dentro dos 1/18 avos tiveram que pagar dívidas no valor de
24 aproximadamente R\$ 3,8 milhões. c) Liberação financeira: - uma vez recebido um produto ou serviço
25 prestado, o fornecedor envia a nota de cobrança para a universidade que faz a liquidação da mesma, uma
26 vez feita a liquidação, o governo faz a liberação financeira para o pagamento da despesa do fornecedor,
27 normalmente o prazo é de 30 dias. Em 2017 as liberações financeiras tem sido parciais, resultando em
28 atrasos no pagamento de várias despesas liquidadas, incluindo prestadores de serviços. III – Perspectivas
29 para a execução orçamentária e financeira em 2017. As principais despesas de custeio em 2016 totalizaram
30 R\$ 67.431.899,00, valor este baseado em análise dos contratos vigentes. Para 2017 a previsão dessas
31 despesas é de aproximadamente R\$ 72.0000,00, sem levar em conta os possíveis aumentos de demandas
32 devido ao aumento no número de alunos. O orçamento de custeio em 2017 é de R\$ 60.230.033,00, deficit
33 de R\$ 11.770.000,00. As medidas corretivas em curso que estão trabalhando: - controle de despesas,
34 racionalização de serviços terceirizados, com correspondente redução de custos, - projetos visando a
35 modernização de infraestrutura e modelos de serviços visando a redução de custos, - pedido emergencial
36 para conversão de R\$ 10 milhões do orçamento de investimento em orçamento de custeio. Se colocou à
37 disposição para esclarecer as dúvidas. Apresentou o gráfico referente a Aplicação de Recursos
38 Assistência Estudantil, fez um trabalho criterioso dos contratos visando identificar o que foi empregado em

39 assistência estudantil : - Grupo Alimentação: R\$ 2,4 milhões, - Serviços de copa e cozinha: R\$ 1,6 milhões
40 (São Carlos) - Gás e outros materiais engarrafados: R\$ 240 mil,- Manutenção de máquinas e equipamentos
41 - R\$ 96 mil, - Material de limpeza e higiene - R\$ 103 mil, Bolsas de estudo e permanência - R\$ 3,1 + 2,5
42 milhões, Aluguel de moradia externa: R\$ 500 mil. O PNAES no ano passado foi de R\$ 10.127.000,00, os
43 gastos gerais totalizaram R\$ 14 milhões, diferença paga com recursos próprios R\$ 4,4 milhões.
44 Alimentação 54%, bolsas 39%. A Sra. Presidente cumprimentou a equipe responsável pela elaboração da
45 apresentação e disse que a perspectiva de gastos para este ano é de R\$ 72 milhões. A Universidade
46 nunca passou por uma situação como esta, é preciso buscar alternativas criativas para passar este ano de
47 2017. Com relação a sugestão do Conselheiro Ailton Scorsoline, de discutir este assunto após os
48 conselheiros receberem a documentação, a Presidência disse que a administração se propôs a apresentar
49 primeiro ao CoAd o que está sendo feito e abrir para os questionamentos. A Profa. Dra. Sheyla Serra,
50 diretora do CCET disse que a comunidade do CCET tem pedido um pouco de empenho da Administração a
51 respeito das verbas do ano passado e dos ProDIn. O Prof. Dr. Márcio Merino esclareceu que estão
52 recebendo valor menor do que o esperado, não sabe quando acontecerá a próxima distribuição. No início
53 do ano foi tomada uma decisão de repetir o valor do ano passado para a academia, foi feita a primeira
54 distribuição de 70%, que está mantida e o restante vai depender de contingenciamento. Algumas melhorias
55 na área de compras deverão ocorrer. Com relação aos ProDIns aprovados em 2016, explicou que os
56 recursos que entraram na universidade depois de setembro ficaram retidos em uma conta única da
57 universidade, porque ultrapassaram em R\$ 3 milhões o valor previsto no orçamento, R\$ 5 milhões. Estão
58 fazendo gestões junto ao Ministério do Planejamento para desbloquear este dinheiro. Com relação aos
59 contingenciamentos o Prof. Dr. Ademir D. Caldeira, Pró-Reitor de Graduação disse que a preocupação
60 maior é no sentido de identificar qual o tamanho do impacto na sala de aula com as questões dos
61 contingenciamentos, não é um número muito mensurável, é difícil quantificar isto mas reitera a necessidade
62 de se esforçarem ao máximo para que percebam que há um impacto e coloca a ProGrad à disposição dos
63 diretores, dos alunos, e estão sempre abertos para discutirem esta questão. Receberam no início do ano
64 2.800 novos alunos e conseguiram formar 1.500, significa que tem percebido um avanço significativo de
65 reprovações o que impacta cada vez mais as salas de aula, obviamente que se tiverem recursos
66 conseguirão criar novos espaços físicos, contratação de professores e técnico-administrativos, laboratórios
67 e tudo mais, mas o contingenciamento financeiro muitas vezes não permite que isto ocorra, isto impacta
68 diretamente no esforço docente dos professores e na qualidade dos nossos cursos. A Presidência disse que
69 encaminhou um ofício solicitando a liberação dos recursos próprios, ofício este integrado à Andifes e
70 encaminhado ao Secretário de Ensino Superior solicitando que fossem feitas gestões junto ao Ministério do
71 Planejamento. O MEC respondeu dizendo concordar que os recursos próprios retornem as universidades, e
72 que estava priorizando esta negociação com o Ministério do Planejamento.

73 **1 – APRECIÇÃO DE ATAS**

74 Foram submetidas a apreciação do plenário as atas da reunião extraordinária de 07/10/2016 e 38ª
75 reunião de 09/12/2016, as quais foram aprovadas por unanimidade.

76 **2- ORDEM DO DIA**

77 Foram retirados da pauta, por solicitação dos interessados os assuntos: **2.1.6** – Projeto de
78 Desenvolvimento Institucional - ProDIn da Pró-Reitoria de Extensão, intitulado “Fomento, Institucionalização
79 e Disseminação das Atividades Extensionistas da UFSCar” e **2.4** - Análise da proposta encaminhada pela
80 SPDI, de criação do Conselho Editorial (CoEd) da Comissão Permanente de Publicações Oficiais e
81 Institucionais da UFSCar (CPOI), alteração da composição do Comitê de Produção de Publicações técnico-
82 administrativas (CoPTA) e o funcionamento da CPOI, nos termos da Resolução CoAd nº 084 de 20/04/2016.

83 **2.1** – Homologação das aprovações dadas *ad referendum* pela Presidência, abaixo relacionadas:

84 **2.1.1** - Adesão ao Programa de Professor Sênior:

85 a) Prof. Dr. José Eduardo dos Santos, junto ao Departamento de Hidrobiologia. Proc. nº 1151/2017-70.

86 b) Prof. Dr. Paulo César Vieira, junto ao Departamento de Química. Proc. nº 1621/2017-03.

87 c) Prof. Dr. Antônio Lima Santos junto ao Departamento de Física. Proc. nº 1526/2017-00

88 d) Profa. Dra. Dóris Lieth Nunes Peçanha junto ao Departamento de Medicina. Proc. nº 2012/2017-63

89 As adesões ao Programa de Professor Sênior de *a a d* foram homologadas por unanimidade.

90 **2.1.2** – Adesão ao Programa de Docência Voluntária da Dra. Annelise de Souza Rosa Fontana, junto ao
91 Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação do Centro de Ciências Agrárias da
92 UFSCar. Proc. nº 4956/2016-94.

93 A adesão ao Programa de Docência Voluntária da Dra. Annelise de Souza Rosa Fontana, foi
94 homologada por unanimidade.

95 **2.1.3** – Adesão ao Programa de Serviço Voluntário da fisioterapeuta Evelyn Maria Guilherme para atuar
96 junto à Unidade Saúde Escola – USE. Proc. nº 1894/2017-40.

97 A adesão ao Programa de Serviço Voluntário de Evelyn Maria Guilherme, foi homologada por
98 unanimidade.

99 **2.1.4** – Solicitação encaminhada pelo CCA para aquisição de material permanente (22 monitores de LED
100 19,5” HD com energy saving, 1 tanque pipa multifunção), junto à FAI.UFSCar, com recursos de
101 ressarcimento, oriundos de projetos financiados pela iniciativa privada, conforme Resolução ConsUni nº
102 844/2016, valor estimado R\$ 59.467,20 .

103 A solicitação do CCA, de aquisição de material permanente foi homologada por unanimidade.

104 **2.1.5** – Indicação dos membros do Conselho Editorial da EDUFSCar, nos termos da Portaria GR nº 190 de
105 07/04/2017.

106 O CoAd homologou por unanimidade a Portaria GR nº 190, que dispõe sobre a indicação dos
107 membros do Conselho Editorial da EDUFSCar.

108 **2.2** – Análise do ProDIn do Departamento de Engenharia Civil da UFSCar. Of. SPDI nº 013/2017.

109 A Presidência esclareceu que o ProDIn do DECiv não passou pela Diretoria do Centro e por este
110 motivo, antes de dar início à discussão do assunto passa a palavra a Profa. Dra. Sheyla B. Serra, diretora
111 do CCET, que disse ter conversado com a chefia do DECiv e também com o Secretário da SPDI para

112 esclarecimentos a respeito do ProDIn e da tramitação do mesmo. Disse se sentir esclarecida e a vontade
113 para votar. O Prof. Dr. Jozivaldo P. Morais disse não constar na documentação o valor deste ProDIn e fez
114 alguns questionamentos: - se a ProAd está apta a realizar este ProDIn; - se há possibilidades de outros
115 departamentos encaminharem seus ProDIns; - esclarecimentos acerca dos ProDIns do ano passado que
116 não foram finalizados. A Presidência esclareceu que os recursos próprios referentes aos ProDIns do ano
117 passado continuam contingenciados, não tem como atuar com eles sem a deliberação do Ministério do
118 Planejamento. Com relação as novas solicitações de ProDIn pelos departamentos irão manter os recursos
119 efetivos, que estão sendo distribuídos, se somarem todos pode ser que ultrapasse o valor do teto dos
120 recursos próprios. Com relação ao ProDIn do CCA, aprovado no ano passado, o Prof. Dr. Márcio Merino,
121 disse que está trabalhando em conjunto com a FAI, para que ao invés do dinheiro do ProDIn do CCA vir
122 para cá, vai direto para a FAI, que poderá comprar equipamentos que a UFSCar necessite e que teria que
123 comprar de alguma forma e a UFSCar compensaria o CCA liberando um valor do teto da conta
124 orçamentária de recursos próprios para poder ativar o ProDIn do CCA, já aprovado anteriormente. Com
125 relação aos outros ProDIns já aprovados, poderá analisar individualmente todos os casos e tendo recursos
126 e havendo consenso tentará resolver a situação. O Prof. Dr. Jozivaldo P. Morais disse entender que a partir
127 deste ProDIn do DECiv, há sinalização de que as unidades poderão operar seus ProDIns este ano, de uma
128 forma diferente do desastre ocorrido no ano passado. Disse ainda que a negociação que está sendo
129 sugerida é difícil para o CCA, mas é uma alternativa. A Presidência informou que o valor do ProDIn do
130 DECiv é R\$ 115.499,00. Encerradas as manifestações a Presidência colocou em votação o ProDIn do
131 Departamento de Engenharia Civil, que foi aprovado por unanimidade.

132 **2.3 –** Análise da solicitação encaminhada pelo CCA para aquisição de material permanente (1 trator) junto
133 à FAI.UFSCar, com recursos de ressarcimento, oriundos de projetos financiados pela iniciativa privada,
134 conforme Resolução ConsUni nº 844/2016, valor estimado R\$ 114.500,00

135 A solicitação encaminhada pelo CCA, para aquisição de material permanente, foi aprovada por
136 unanimidade.

137 **2.4 –** Indicação de representantes do CoAd para os seguintes Conselhos:

138 - 2 representantes docentes, sendo um efetivo e um suplente para o ConsUni;

139 - 1 representante docente efetivo para o Conselho Deliberativo da FAI;

140 - 2 representantes técnico-administrativos, sendo um efetivo e um suplente para o Conselho do SIBI.

141 Para o ConsUni a Profa. Dra. Sheyla B. Serra indicou o Prof. Dr. Wanderson Maia, como suplente.
142 O Prof. Dr. Leonardo de Andrade indicou o Prof. Dr. Marcelo Nivert, como efetivo. As indicações para o
143 ConsUni foram aprovadas por unanimidade.

144 Para o Conselho Deliberativo da FAI o Prof. Dr. Ademir Caldeira indicou a Profa. Dra. Marilde
145 Santos. A indicação foi aprovada por unanimidade.

146 Para o Conselho do SIBI o Sr. Luciano M. Bento Garcia indicou a Sra. Claudete Schiabel, sob
147 consulta, pois a mesma não está presente à reunião. A indicação sob consulta foi aprovada por
148 unanimidade.

149 **2.5 – Apresentação do Relatório** da Comissão nomeada pelo Ato CoAd nº 283, designada para discutir as
150 categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os respectivos subsídios.

151 O Prof. Dr. Leonardo de Andrade, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) disse
152 que a Comissão se reuniu semanalmente, de 06 de abril a 11 de maio, sempre as quintas-feiras, no período
153 da manhã, no Anfiteatro da Reitoria. Dois membros da Comissão não participaram de nenhuma reunião, a
154 Profa. Dra. Ana Cristina J. da Cruz, que enviou ofício solicitando desligamento da Comissão e a Profa. Dra.
155 Ana Lúcia Brandl do *campus* Sorocaba. A Comissão solicitou a ADUFSCar um representante docente para
156 compor a Comissão. Participaram também de algumas reuniões representantes do SINTUFSCar, APG e
157 DCE. A Comissão discutiu os subsídios para cada uma das categorias, surgiram duas propostas, contudo
158 não houve consenso para um único apontamento. Faltou também saber o valor da verba da administração
159 que é destinada ao RU de São Carlos. A Comissão trouxe subsídios para futuramente, se houver reajuste,
160 isso seja apontado de alguma forma. Em seguida apresentou os pontos principais apontados no relatório
161 pela Comissão, sendo eles: - Ato ConsUni que define que todos os recursos próprios da universidade,
162 inclusive o montante arrecadado pelo RU's pode ter sua aplicação em uma grande diversidade de formas e
163 áreas. A Comissão sugere alteração nesta normativa para que o montante arrecadado nos RU's possa ser
164 utilizado somente para a aquisição de gêneros alimentícios dos próprios RU's. - Ato ConsUni 615/2002,
165 deliberou que a UFSCar subsidiaria 40% do custo gênero das refeições, por meio de recursos próprios,
166 além de subsidiar integralmente os alunos socioeconomicamente carentes. Em 2002 não existia o Programa
167 Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2010, que abrange os alunos em situação de
168 vulnerabilidade socioeconômica. A Comissão sugere uma nova normativa incluindo as categorias de
169 usuários e seus respectivos subsídios com suas fontes. Em relação ao custo da refeição nos restaurantes
170 universitários: Araras R\$ 11,13, Sorocaba R\$ 7,58 e Lagoa do Sino R\$ 11,60. O custo do RU São Carlos é
171 mais complexo de ser calculado, leva em consideração vários custos e é de R\$ 7,36. Num primeiro
172 momento se pensou em trabalhar com custo dos RU's diferenciados em cada um de seus *campi*, ideia que
173 não se concretizou devido as particularidades dos *campi*. Com base no número de refeições servidas em
174 2016 e o seu respectivo custo, foi calculado o custo médio das refeições, que seria de R\$ 7,96, este foi o
175 teto para se começar a trabalhar. Outra questão importante foi a das categorias, hoje os alunos de
176 graduação estão divididos em duas categorias: a de aluno bolsista do Programa de Assistência Estudantil
177 (PAE), integralmente subsidiado pela fonte de recursos PNAES e o aluno regular subsidiado pela fonte de
178 recurso RTN, que tem seu custo de R\$ 1,80. Ocorre que muitos alunos estão acima do teto PAE, que é de
179 R\$ 724,00 de renda per capita, mas com renda inferior a um salário-mínimo e meio, por este motivo a
180 Comissão chegou ao consenso de uma terceira categoria de alunos de graduação, a de bolsistas parciais,
181 que seriam os alunos que realizam ingresso pelos grupos 1 e 2. O DCE não apresentou nenhuma proposta
182 em relação aos subsídios e discordou das que foram apresentadas. A APG citou em diversas reuniões que
183 ainda não foi institucionalizada a análise socioeconômica dos pós-graduandos e que isso seria necessário
184 para apontar como esta categoria poderia ser subdividida e ter subsídios diferenciados e foi apontado
185 também pela APG que qualquer reajuste na categoria poderia inviabilizar muito alunos da pós-graduação
186 em especial os mais vulneráveis. Em relação a categoria dos técnico-administrativos foi apontado pelo
187 SINTUFSCar o subsídio total. A ADUFSCar colocou que os pós docs, tem os mesmos direitos perante a
188 instituição. Não houve sugestões em relação a categoria dos estagiários, que tem direito a uma refeição no

189 RU por dia. No caso dos terceirizados que trabalham no RU, por acordo interno tem direito a refeições
190 gratuitas. A Comissão sugere que nos contratos com as empresas terceirizadas do RU, seja pontuado
191 que a empresa assuma os custos das refeições de seus funcionários. O mesmo apontamento se aplicaria
192 para o restante dos terceirizados que trabalham nas dependências da UFSCar. Com relação aos alunos do
193 cursinho da Universidade, foi colocado pela Profa. Dra. Ana Perdigão, coordenadora, a importância da
194 utilização do RU pelos alunos, pois os que utilizam o RU são trabalhadores, uma média de 60 alunos. A
195 Comissão aponta que seja mantida a categoria de alunos do cursinho e que seja o mesmo valor dos alunos
196 de bolsa parcial. Em relação aos funcionários da FAI, ela possui um saldo orçamentário a ser destinado ao
197 subsídio de seus funcionários, a Comissão aponta que o subsídio sugerido aos funcionários da FAI seja o
198 mesmo dos técnico-administrativos, vindo dos recursos orçamentários da fundação. Ressaltou tratar-se de
199 uma sugestão, pois o saldo da FAI é grande, é preciso consultar. De forma similar, outros usuários advindos
200 de projetos ou entidades institucionais que tenham sua fonte de recursos próprios para subsidiar seus
201 participantes a se alimentarem nos RU's. Em relação aos usuários dos RU's provenientes de eventos, é
202 necessário discutir ainda as fontes dos subsídios, sendo que a Comissão apontou que é necessário
203 sinalizar a sustentação desses eventos pela UFSCar. Os alunos de graduação e de pós-graduação de
204 outras universidades pertenceriam a categoria de visitante, tendo seu valor sem subsídio. Para ter um
205 apontamento de quanto o RU gastaria em 2017 foi feito pela Comissão um cálculo baseado no quadrimestre
206 inicial, até abril, lembrando que abril foi o único mês cheio e que neste apontamento o montante necessário
207 para o RU de São Carlos seria de R\$ 6.321.894,08, valor baseado somente no número de refeições. A
208 Sra. Sandra Navascues disse apoiar preço diferenciado para os alunos, porém lhe preocupa a situação dos
209 terceirizados que não tem um local adequado para fazer as refeições e isto é uma exigência do Ministério
210 do Trabalho. Sugeriu que haja um horário diferenciado para os técnico-administrativos e para os
211 terceirizados utilizarem o RU. Com autorização do plenário, a representante do SINTUFSCar, Sra. Marineia
212 Duarte colocou a deliberação da assembleia dos servidores que defendem o preço zero, que é uma
213 bandeira histórica do movimento e da categoria dos técnico-administrativos. Disse ainda que a
214 representante indicada pelo SINTUFSCar na Comissão só ficou sabendo das reuniões quando já estava
215 acontecendo a terceira reunião e a Comissão já havia construído as tabelas, foram se inteirando e não
216 estava muito claro como construir o preço zero; a proposta do SINTUFSCar é construir o preço zero por
217 meio de uma comissão paritária para estudar a distribuição de verbas dentro da UFSCar para poder custear
218 o subsídio 100% para todas as categorias que utilizam o RU. A Sra. Silvana Perseguinto, Ouvidora colocou
219 dois pontos importantes, o primeiro é com relação aos terceirizados utilizarem o RU, não sabe se a
220 Comissão já fez este estudo, que é da capacidade dos RU's porque isso tem um impacto considerável,
221 porque existem os horários de pico e os terceirizados sofrem pressão das empresas com relação aos seus
222 horários, é importante fazer esta avaliação e neste sentido se coloca a disposição para dialogar e sugeriu
223 resgatar um estudo feito pela antiga nutricionista do RU São Carlos; o segundo ponto é em relação aos
224 contratos com os fornecedores terceirizados dos RU's dos outros *campi*, se estão sendo feitos estudos para
225 que haja fornecedores de produtos da agricultura familiar, como ocorre em São Carlos. Respondendo a
226 colocação da Ouvidora, o Prof. Dr. Marcelo Nivert, Secretário de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
227 disse que em Sorocaba já foram feitas reuniões para discutir este assunto, e que de início a agricultura
228 familiar irá fornecer legumes e sobremesas para o RU de Sorocaba. O Prof. Márcio Merino, Pró-Reitor de

229 Administração, disse que para se planejar precisa saber de quanto será o gasto durante o ano nos RU's,
230 este valor precisa estar definido , num primeiro momento o restaurante começa a precarizar, que é o que
231 está acontecendo hoje, por falta de recursos, num segundo momento ele vai ser descontinuado, não é a
232 universidade que vai parar, mas o fornecedor que não recebeu e vai deixar de fornecer. É preciso definir o
233 subsídio para estipular o valor das refeições. A representante discente Ana Caroline Lobo colocou para o
234 Conselho os pontos importantes para os alunos da graduação, a proposta de se criar uma terceira categoria
235 é interessante porque há muitos estudantes que não são atendidos pela assistência estudantil da
236 universidade mas que precisam do RU. Com relação ao valor inicial discutido pela Comissão, R\$ 4,00, os
237 estudantes se mobilizaram, por considerarem muito alto. Ressaltou que a apresentação do orçamento da
238 universidade no início da reunião que terminou com gráficos mostrando o quanto é gasto com subsídios
239 para assistência estudantil relacionado a alimentação, 54%, índice irrelevante pois o que garante
240 efetivamente a permanência dos estudantes em situação vulnerável e as vezes nem tanto é o subsídio da
241 alimentação e lhe parece que a elaboração de última hora desta apresentação teve como objetivo maior
242 fazer um argumento de que a redução dos gastos com a assistência estudantil, principalmente na
243 alimentação, vai ajudar a equilibrar o orçamento da universidade. O aumento dos RU's possui um impacto
244 absurdo para a maioria dos estudantes e uma universidade sem estudantes não cresce , não se desenvolve
245 e não se destaca . O Prof. Márcio Merino disse que a apresentação dos destaques foi solicitada pelos
246 próprios estudantes à Reitoria, não foi uma opção e não houve intenção em nenhum momento de expor as
247 questões relacionados aos alunos. A Profa. Dra. Maria de Jesus Reis, diretora do CECH parabenizou o
248 trabalho da Comissão e informou que a Profa. Ana Cristina Cruz, vice-diretora do CECH, saiu da Comissão
249 por questões pessoais, não se ausentou. Com relação ao relatório da Comissão disse não ter condições de
250 tomar decisões hoje, é preciso aprofundar um pouco mais. O representante discente Leandro Gonçalves
251 disse que uma alteração deste porte não pode ser feita sem uma ampla consulta à comunidade, é preciso
252 avançar no sentido de que todas as categorias dos estudantes e demais categorias estejam participando
253 ativamente desta discussão. A Presidência esclareceu que não há nenhuma proposta finalizada, trata-se de
254 um relatório preliminar, a intenção é buscar soluções para manter o RU funcionando. A partir deste relatório
255 os membros do CoAd podem refletir, coletar dados, discutir com suas unidades, seus representados o que
256 a Comissão poderia aprofundar para ter subsídios para apresentar uma proposta viável para este ano de
257 2017. O Sr. Luciano Garcia, Pró-Reitor de Administração Adjunto disse que o trabalho da Comissão tem
258 que resultar em um número, uma tabela com proposta de valores para as categorias, o assunto tem que ser
259 amplamente discutido e caso se decida que não haverá aumento terão que apresentar soluções.
260 Respondendo ao questionamento da Sra. Sandra Navascues, sobre a inclusão na Comissão de uma
261 representante discente do CoACE, o Prof. Dr. Leonardo Andrade explicou que encaminhou ao CoAd a
262 indicação da representante do CoACE e a resposta foi que não seria possível incluir novos
263 representantes na Comissão sem a aprovação do Conselho. Com relação a apresentar valores para as
264 categorias, disse que nas primeiras reuniões da Comissão a intenção era trazer valores para o CoAd,
265 porém com o tempo foram surgindo outras propostas e não houve consenso. . Disse ainda que seria
266 importante haver outro representante da ProAd, no caso o Pró-Reitor de Administração ou o Pró-Reitor
267 Adjunto, na Comissão para poder dimensionar melhor os cálculos. O Sr. Luciano Garcia, Pró-Reitor de
268 Administração Adjunto disse ser possível mais um representante da ProAd na Comissão, ou talvez um

269 membro consultivo, mas não tem como garantir sua presença nas reuniões, mas pode dar subsídio para o
270 representante da ProAd. A Presidência explicou que a Comissão tem uma proporcionalidade e sugeriu aos
271 interessados em participar da Comissão que seja como membro consultivo, a Comissão já está completa e
272 pode ter a liberdade de convidar quem achar necessário para participar das reuniões. Respondendo ao
273 questionamento do discente Leandro Gonçalves, de que este assunto deveria ser encaminhado ao
274 ConsUni, a Presidência explicou que o CoAd é um Conselho e tem autonomia para deliberar sobre este
275 assunto. Com relação a inclusão de novos membros na Comissão, a Presidência disse ser necessário votar
276 e no momento não há quórum. O Prof. Leonardo Andrade disse que muito dados não colocados estavam
277 à disposição da Comissão, tem condições de fazer projeções e apresentar posteriormente. Disse ainda
278 que todas as reuniões da Comissão foram feitas de portas abertas, e tentará da melhor maneira possível
279 publicizar a data das próximas reuniões por meio da Coordenadoria de Comunicação Social, Inforede. A
280 Comissão poderá dar abertura para membros consultivos mas não incluirá novos membros em sua
281 composição. A Comissão deverá aprofundar os estudos, coletar mais dados, poderá programar fóruns com
282 a comunidade e trazer para a próxima reunião deste CoAd uma proposta mais conclusiva, com sugestão de
283 valores por categorias.

284 **3 – EXPEDIENTE**

285 **3.1 - Comunicações da Presidência**

286 **3.2 – Comunicações dos Membros**

287 A Sra. Sandra Navascues, fez as seguintes comunicações:

288 - Comissão fiscal de contrato. Disse ser necessário retornar o trabalho da Comissão responsável
289 pelos fiscais de contratos. Prof. Dr. Márcio Merino disse ser importante reativar esta Comissão para auxiliar
290 neste trabalho.

291 - CIPA. Necessidade de reativar ou criar a CIPA na universidade, principalmente por causa das
292 empresas terceirizadas que estão dentro da UFSCar.

293 A Presidência propôs conduzir as solicitações da conselheira Sandra Navascues na próxima reunião
294 do CoAd.

295 Com autorização do plenário, a Sra. Silmara Capovilla, representante da Coordenação do Sindicato,
296 informou sobre a criação de um grupo de trabalho contra as opressões e que há interesse neste tema
297 relacionado a questão do assédio moral e sexual dentro das universidades em relação a todas as
298 categorias. Disse que as portas estão abertas para qualquer tipo de conversa, de ajuda em que possam
299 colaborar o mínimo possível; nesses 5 meses de existência já tiveram 7 casos de reclamação. As reuniões
300 do grupo acontecem as sextas-feiras no sindicato a partir das 16:30

301 Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença e colaboração dos senhores
302 conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual eu, Adriane C. de Oliveira Garcia, na
303 qualidade de secretária, redigi a presente ata que assino, _____ após ser
304 assinada pela Presidência e demais membros presentes.

305 Profa. Dra. Wanda A. Machado Hoffmann Prof. Dr. Ademir D. Caldeira Prof. Dr. Luiz Carlos de Faria